

Art. 3º Lotar a servidora abaixo relacionada no CRAS ALTO DO MANDUÍ, a contar de 26/04/2021.

- Janaina Ferreira de Albuquerque, matrícula 115.706-0, cargo: Educadora Social, carga horária 40 horas.

**ANA RITA SUASSUNA WANDERLEY**  
Secretária

#### RESOLUÇÃO COMDICA Nº 021/2021

O Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMDICA, no uso de suas atribuições, que lhe foram conferidas pelo Art. 4º, inciso IV da Lei Municipal 15.604 de 18.02.92, e da Lei nº 17.884 de 12.07.2013 que trata de suas alterações, e após deliberação em reunião Plenária Ordinária do dia 25 de Maio de 2021.

RESOLVE:

Publicar DEFERIMENTO de pedido para **RENOVAÇÃO DA INSCRIÇÃO DO PROGRAMA DE SOCIOAPRENDIZAGEM: Promoção da Integração ao Mundo do Trabalho; encaminhado pela OSC REDE CIDADÃ, com o CNPJ de nº05.461.314/0019-89 nº inscrição 070521** no Regime de Atendimento - Aprendizagem e Profissionalização - capítulo V (art. 60 a 69), localizada na Rua Gervásio Pires, 234, salas 501 a 507, Empresarial Brasil Norte - Boa Vista - Recife/PE CEP 50.050-070 na RPA 01- representada pela Sra. Ângela Alvarenga Batista Bastos. Após deliberação realizada na reunião plenária ordinária de vinte e cinco de maio de 2021, o colegiado COMDICA Recife, à luz da Resolução COMDICA 001/2016, Lei 8.069/1990 Estatuto da Criança e do Adolescente, Decreto nº 5.598, de 1º de dezembro de 2005, Portaria nº 723/12, bem como as Art. 1º Criar o Cadastro Nacional de Aprendizagem Profissional - CNAF. Neste ensejo informamos que a renovação terá validade de 04 (quatro) anos e a organização receberá ofício do COMDICA Recife com a notificação desta deliberação.

Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Recife, 25 de Maio de 2021.

**Eduardo Paysan Gomes**  
Presidente do COMDICA

#### RESOLUÇÃO COMDICA Nº 022/2021

O Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMDICA, no uso de suas atribuições, que lhe foram conferidas pelo Art. 4º, inciso IV da Lei Municipal 15.604 de 18.02.92, e da Lei nº 17.884 de 12.07.2013 que trata de suas alterações, e após deliberação em reunião Plenária Ordinária do dia 25 de Maio de 2021.

RESOLVE:

Aprovar **INSCRIÇÃO DE CURSOS PARA APRENDIZAGEM PROFISSIONAL executado pela Organização da Sociedade Civil - CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA DE PERNAMBUCO - CIEE - CNPJ nº 10.98.292/0001-57**, localizada na Rua Progresso, nº 465 - Boa Vista - Recife/PE - CEP: 50.070-095 - RPA 01. Esta deliberação foi realizada em reunião plenária ordinária de vinte e cinco (25) de maio de 2021, e vem atender ao requerimento da própria OSC em tela, encaminhado ao COMDICA/Recife. O colegiado COMDICA, à luz da Resolução COMDICA 001/2016 decide pela aprovação da inscrição dos Cursos abaixo. A organização da sociedade civil em tela receberá ofício do COMDICA Recife com notificação desta deliberação e outras informações correlatas. Os cursos terão validade de 02 (dois) anos de inscrição, após finalização deste prazo e, em caso de continuidade do mesmo a OSC deverá solicitar a sua renovação ao COMDICA.

**Curso de Atendente de Lanchonete - CBO - 36629**

Nº de inscrição no COMDICA - 080521

**Curso de Operador de Computador - CBO - 317205**

Nº de inscrição no COMDICA - 090521

Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Recife, 25 de maio de 2021

**Eduardo Paysan Gomes**  
Presidente do COMDICA

#### RESOLUÇÃO COMDICA Nº 023/2021

O Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMDICA, no uso de suas atribuições, que lhe foram conferidas pelo Art. 4º, inciso IV da Lei Municipal 15.604 de 18.02.92, e da Lei nº 17.884 de 12.07.2013 que trata de suas alterações, e após deliberação em reunião Plenária Ordinária do dia 25 de maio de 2021.

RESOLVE:

**CANCELAR O REGISTRO DE ENTIDADE da instituição INSTITUTO PAPAÍ - CNPJ 03.449.392/0001-69**, localizada na Rua Mardônio de Albuquerque Nascimento, nº 119 - Várzea - Recife/PE RPA 04; conforme deliberação da reunião plenária ordinária de vinte e cinco de maio de 2021 do colegiado COMDICA Recife, em alusão ao comunicado da coordenação colegiada da entidade em tela datado de 04/11/2020; atendendo ao disposto na Resolução COMDICA nº 001/2016 capítulo VII DO INDEFERIMENTO, NÃO CONCESSÃO, SUSPENSÃO OU CANCELAMENTO DO REGISTRO -Seção IV. Ficam cancelados o registro e atestado de funcionamento do Registro nº 0429 publicado em Diário Oficial de 01 de julho de 2006, uma vez que a OSC formalizou ao COMDICA o encerramento de suas atividades. A dirigente da organização em tela, receberá ofício sobre esta decisão.

Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Recife, 25 de maio de 2021.

**Eduardo Paysan Gomes**  
Presidente do COMDICA

#### RESOLUÇÃO Nº. 024/2021 - COMDICA

O Conselho Municipal de Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMDICA Recife, no uso de suas atribuições, que lhe foram conferidas pelo Art. 4º, inciso IV da Lei Municipal 15.604 de 18.02.92, e da Lei nº 17.884 de 12.07.2013 que trata de suas alterações.

CONSIDERANDO a reunião plenária ordinária de 25/05/2021, o colegiado COMDICA e seus membros representantes governamentais e das organizações da sociedade civil, decidem pela **APROVAÇÃO** da presente resolução que dispõe sobre as estratégias para o atendimento às crianças e adolescentes em situação de rua no Recife, através de recomendação ao Poder Executivo Municipal para a implantação de um Centro de Atendimento e Convivência para Crianças e Adolescentes em Situação de Rua na cidade do Recife.

CONSIDERANDO o procedimento de acompanhamento das políticas públicas de nº 012/2018 abertos pela 32ª Promotoria de Justiça de Defesa da Cidadania da Capital - Promoção e Defesa dos Direitos Humanos da Criança e do Adolescente direcionado ao COMDICA Recife, que dispõe sobre a necessidade da criação de Casa de Passagem, ou equipamento equivalente para crianças e adolescentes em situação de risco e vulnerabilidades sociais na cidade do Recife, e cujo procedimento segue em acompanhamento até a presente data através do procedimento de nº 01776.000.081\_2020-0010;

CONSIDERANDO as deliberações da comissão de políticas públicas do COMDICA Recife em 23/01/2020, que propôs ao colegiado COMDICA a criação de um GT para diálogos entre os/as conselheiros/as de direito, organizações da sociedade civil registradas ou não no COMDICA e que atuam com população em situação de rua, assim como, as pastas municipais da assistência social e saúde, sobre os atendimentos ofertados às crianças e adolescentes em situação de rua no Recife, conforme registros em ata;

CONSIDERANDO a recomendação conjunta nº 002 das 32ª e 33ª PJDCC encaminhada para o Presidente do COMDICA e transmitida em extensão a todas e todos as/os conselheiras/os dos direitos da criança e do adolescente cujas respostas foram remetidas pelo COMDICA em 27/04/2020, através de ofício nº 143/2020, com respostas das ações realizadas e a realizar-se de enfrentamento aos danos provocados pela pandemia da COVID-19, a partir de março do ano 2020 e até o presente momento;

CONSIDERANDO as deliberações do colegiado COMDICA Recife em pleno extraordinário de 08/06/2020, que deliberou a proposta da comissão de políticas públicas para a criação do GT - Centro Popinho.

CONSIDERANDO deliberação da comissão de políticas públicas através de seus membros conselheiros/as realizada em reunião do dia 09 de julho de 2020, e texto contido na resolução normativa COMDICA de nº 030/2020 e publicado no D.O.M de 11/07/2020, que legitima a composição do Grupo de Trabalho - Atendimento para Crianças e Adolescentes em Situação de Rua (GT Popinho).

CONSIDERANDO a participação das crianças e adolescentes em situação ou vivência de rua mediante escuta realizada por abordagem social, realizada no período de novembro a dezembro de 2020 através das organizações da sociedade civil registradas no COMDICA e com membros representantes no GT supra referido e também pelas equipes do Serviço Especializado de Abordagem Social - SEAS (criança e adolescente), garantindo a efetivação do Estatuto da Criança e do Adolescente presentes no Capítulo II - Do Direito à Liberdade, ao Respeito e a Dignidade e seus artigos 15 a 18;

CONSIDERANDO a continuidade, e atualização do Grupo de Trabalho - Atendimento à Crianças e Adolescentes em Situação de Rua, criado no ano de 2020 a partir de proposição da Comissão de Políticas Públicas do COMDICA Recife, e deliberação por unanimidade em reunião plenária de 27/04/2021 da publicação da resolução de nº 019/2021 com atualizações da composição e atribuições do GT Atendimento à Crianças e Adolescentes em Situação de Rua para o ano 2021.

CONSIDERANDO que a nova composição do GT - Atendimento à Crianças e Adolescentes em Situação de Rua, se concretiza em (03) três etapas: a) Continuidade dos/as participantes da Sociedade Civil, RAPS - Rede de Atenção Psicossocial do Recife e OSC's atuantes no eixo de acordo com confirmação firmada em preenchimento de formulário COMDICA; b) A participação de conselheiros/as do colegiado 2021 designados/as a partir da deliberação em reunião plenária ordinária de 27/04/2021; c) Além destes a comissão poderá solicitar a participação de e convidados/as;

CONSIDERANDO apresentação dos dados coletados nas escutas com as crianças e adolescentes em situação ou vivência de rua nas seguintes ocasiões: (GT Popinho / Reunião Plenária Ordinária COMDICA / Audiência Conjunta com as 32ª e 33ª PJDCC e Promotoria de Direitos Humanos da Capital / Comitê Pop Rua / Comitê de Gestão Colegiada da Rede de Cuidado e Proteção a Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência;

CONSIDERANDO as representações institucionais do Grupo de Trabalho COMDICA - Atendimento à Crianças e Adolescentes em Situação de Rua, presentes nas resoluções COMDICA Recife números 030/2020 e 019/2021;

CONSIDERANDO o Estatuto da Criança e do Adolescente Lei 8.069/1990 - Da Política de Atendimento Capítulo I artigos 86 e 87;

CONSIDERANDO a Resolução Conjunta CNAS/CONANDA nº 01, de 13 de dezembro de 2006, que aprovou o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária;

CONSIDERANDO o Plano Municipal de Enfrentamento à Situação de Rua de Crianças e Adolescentes da cidade do Recife ano 2009 e atualizado no ano de 2017 e aprovado em reunião plenária COMDICA de 17/04/2018, conforme registros em ata desta reunião;

CONSIDERANDO a Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009, que aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais;

CONSIDERANDO o Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009, que institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências;

CONSIDERANDO a Resolução Conjunta CNAS/CONANDA nº 1, de 18 de junho de 2009, que aprovou o documento Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes;

CONSIDERANDO que o acolhimento institucional é medida extrema, excepcional e provisória e que todos os esforços devem ser realizados para garantir o direito fundamental da criança e do adolescente à convivência familiar e comunitária (Estatuto da Criança e do Adolescente);

CONSIDERANDO o que dispõe a Resolução CONANDA nº 173, de 08 de abril de 2015, de que cria o Grupo de Trabalho Criança e Adolescente em Situação de Rua;

CONSIDERANDO a Resolução Conjunta CNAS/CONANDA nº 01, de 15 de dezembro de 2016, que dispõe sobre o conceito e o atendimento de criança e adolescente em situação de rua e inclui o subitem 4.6, no item 4, do Capítulo III do documento "Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes";

CONSIDERANDO a Portaria do Ministério da Saúde Nº 1.130, de 5 de agosto de 2015 que institui a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança;

CONSIDERANDO as diretrizes nacionais para a atenção integral à saúde de adolescentes e jovens na promoção, proteção e recuperação da saúde;

CONSIDERANDO a Nota Técnica conjunta sobre Diretrizes, Fluxo e Fluxograma para a atenção integral às mulheres e adolescentes em situação de rua e/ou usuárias de álcool e/ou crack/outras drogas e seus filhos recém-nascidos;

CONSIDERANDO a Resolução CONANDA nº 183, de 9 de março de 2017, que aprova o documento "Orientações Técnicas para Educadores Sociais de Rua em Programas, Projetos e Serviços com Crianças e Adolescentes em Situação de Rua;

RESOLVE:

**Art. 1º** Aprovar esta recomendação técnica que dispõe sobre a criação do Centro de Referência para Crianças e Adolescentes e em Situação de Rua na cidade do Recife - Centro Popinho.

**Art. 2º** Recomendar que o Centro de Referência para Crianças e Adolescentes em Situação de Rua tenha como público alvo o atendimento de crianças e adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade, que pernitem desacompanhados ou não de pessoas responsáveis nas vias públicas da cidade do Recife.

**Art. 3º** Disponibilizar sobre estratégias de atendimento às crianças e adolescentes em situação de rua através da criação de equipamento social, vinculado à Política de Assistência Social denominado Centro de Referência Especializado para Crianças e Adolescentes em situação de rua.

**Art. 4º** Propor a construção de ações de enfrentamento à situação de rua de crianças e adolescentes deve articular e integrar serviços, equipamentos, políticas, programas e projetos congêneres da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

**Art. 5º** Atender prioritariamente crianças e adolescentes em situação de rua considerando que situação de rua, pode estar associada a: trabalho infantil; mendicância; violência sexual; tráfico de drogas; consumo de álcool e outras drogas; violência intrafamiliar, institucional ou urbana; ameaça de morte, sofrimento ou transtorno mental; LGTBfobia, racismo, sexismo e misoginia; cumprimento de medidas socioeducativas ou medidas de proteção de acolhimento; encarceramento dos pais.

**Art. 6º** São princípios para as ações de Enfrentamento à situação de rua de crianças e adolescentes: I- Promoção e garantia dos direitos integrais de crianças e adolescentes;

II -Assegurar a fase de desenvolvimento biopsicossocial da criança e do adolescente;

III- Garantia de proteção social;

IV- Direito à convivência familiar e comunitária;

V- Garantia de acolhida e de espaço protegido;

VI- Fomento do protagonismo infanto-juvenil;

VII- Garantia de equidade no acesso e atendimento;

VIII- Garantia da Intersetorialidade, interdisciplinaridade, universalidade e transversalidade das políticas públicas;

IX- Supressão de todo e qualquer ato violento e ação vexatória, inclusive os estigmas negativos e preconceitos sociais em relação à população em situação de rua, que provoque a mudança quanto nos determinantes sociais.

**Art. 7º** São diretrizes para as ações de enfrentamento da situação de rua de crianças e adolescentes:

I - Serviço de baixa exigência com garantia de acolhida;

II - Atendimento com base na educação social de rua;

III - Oferta de escuta qualificada;

IV - Oferta de formação continuada para equipe de atendimento;

V - Oferta de higiene, alimentação, educação, cultura, saúde, esporte e laser e redução de danos;

VI - Oferta de acompanhamento familiar;

VII - Oferta e acesso aos serviços intersetoriais;

VIII - Incentivo à participação social e gestão participativa.

**Art.8º** Recomendar que a infraestrutura garanta ambiente acolhedor, adoção de postura ética, respeito à dignidade, diversidade e não-discriminação, compartilhada por toda a equipe, o espaço físico deve contar com condições que assegurem:

I-Atendimento em condições de privacidade e sigilo;

II-Adequada iluminação, ventilação, conservação, salubridade e limpeza;

III- Segurança dos profissionais e público atendido;

IV- Acessibilidade a pessoas com deficiência, gestantes, dentre outras;